

Lições de impostura

Resposta à Abepar

Não fosse pelo caráter abertamente regressivo da “Carta à comunidade” e do “Chamado à razão e ao equilíbrio” publicados neste mês de maio pela ABEPAR (Associação Brasileira de Escolas Particulares), professoras e professores que trabalham nas escolas filiadas à entidade poderiam tomá-las como mais duas tentativas banais de intimidação advindas de patrões surpreendidos pela insubordinação de seus empregados. Ambos os comunicados são reveladores não apenas das contradições entre os valores proclamados e a prática efetivamente adotada diante de uma situação real de conflito, mas, sobretudo, do jogo duplo realizado pelas associadas, ora frente às famílias e estudantes, ora em relação ao professorado.

A “Chamada à razão e ao equilíbrio” escancara, logo de saída, a estratégia discursiva e o tacão tecnocrático da ABEPAR. “Chamar” à “razão” e ao “equilíbrio” posiciona, imediatamente, o interlocutor sob o domínio da irracionalidade e do desequilíbrio, traindo, portanto, toda a mímica de diálogo que a retórica intenta simular. Associa a posição de professoras e professores à insensatez, irresponsabilidade, ingenuidade etc., como se não nos preocupássemos ou não medíssemos as consequências de nossas decisões e ações. Em suma, esse discurso se arvora detentor do monopólio da razão, da sensatez ou do equilíbrio. Eventuais contestações não resultam de divergência decorrente de perspectivas, valores ou interesses diferentes, mas de erro, insensatez, desequilíbrio, ingenuidade, irresponsabilidade, curiosamente todas características que o discurso pedagógico mais antiquado associa à infância. Tal como as crianças, nós docentes deveríamos ser “chamados” à obediência, instruídos e corrigidos.

Ao tacão tecnocrático, os comunicados adicionam a ostentação de um poder desproporcional ao que efetivamente detém as escolas integrantes da ABEPAR. A associação reitera que suas sócias garantem salários e condições de trabalho “muito acima” dos assegurados em lei e em convenções coletivas, mas convém ressaltar que, nessas “garantias”, não há qualquer força de lei. Ao

contrário do que a estreiteza tecnocrática faz crer, o problema se insere no contexto mais amplo da educação como bem coletivo. O mais elevado topo da pirâmide escolar brasileira ainda não está em condições de se desprender de sua base e não deixará de sofrer as consequências de uma eventual erosão. Padrões podem alimentar ilusões de que a metáfora valha somente para as condições de trabalho de toda uma categoria de trabalhadores... Cedo ou tarde, porém, a “flexibilização” dos nossos direitos no sentido da precarização surtirá efeito sobre a “clientela” das associadas da ABEPAR. Mesmo que se considere demasiado apocalíptico o quadro, não se mostra difícil imaginar uma parcela nada desprezível desta clientela abandonando os mais prestigiosos estabelecimentos de ensino em troca das vantagens oferecidas pelos pacotes de tutoria servidos presencialmente e on-demand por conglomerados empresariais nacionais e internacionais; ou abandonando as “tradicionais” escolas da ABEPAR pela miragem dos novos estabelecimentos internacionais de “elite”, que vendem um discurso novidadeiro, pretensamente desideologizado e, mais uma vez, tecnocrático. Enquanto as novas instituições aproveitam os alunos que lhes caem no colo devido à inação e mesmo às contradições político-institucionais das escolas da ABEPAR, a corda, como sempre, vai estourando no lado mais fraco: os professores.

Ademais, para além da retórica diversionista que estabelece um cordão sanitário entre “nós” (ABEPAR) e o “resto”, os comunicados instilam, mais ou menos sub-repticiamente, que trabalhadores e trabalhadoras são títeres nas mãos do nosso representante legal, o Sindicato de Professores de São Paulo (SINPRO-SP), acossado pela ameaça do fim da contribuição compulsória. A ABEPAR sequer sinaliza qualquer movimento no sentido de pressionar o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (SIEEESP) – que por duas vezes abandonou as negociações e cuja postura draconiana é a responsável última por recorrermos à medida extrema de paralisação e ao estado de greve. A ABEPAR alega acompanhar de perto as negociações, mas resume todo o contencioso a sete dias de “recesso”, o que reforçaria a atitude supostamente disparatada e sem qualquer ancoragem nos “fatos” das professoras e professores.

Ora, a posição pretensamente equidistante da associação explicita o seu pendor para o lado patronal da balança ao se escudar nas famílias, brandindo o “cumprimento dos contratos”, ameaçando fazer cumprir o calendário escolar e deixando no ar a possibilidade de demissões. Em termos mais diretos, isso significa abrir as escolas, receber os estudantes e concretizar o potencial desagregador nas comunidades escolares, especialmente cindindo o corpo docente entre a solidariedade para com os funcionários sobrecarregados e o esforço de mobilização em defesa de nossos direitos. De fato, o estilo tecnocrático, prepotente e covarde adotado nos comunicados, professoras e professores preferimos a postura abertamente tacanha, draconiana e mercantil do SIEEESP. Ao menos este sindicato explicita realmente a que veio.

Não obstante proponham diálogo e ponderação, os comunicados silenciam sobre práticas intimidatórias, autoritárias e, em alguns casos, contrárias aos mais elementares direitos civis, empregadas sistematicamente por escolas filiadas à ABEPAR. Sem detalhar os mais diversos casos de assédio moral que vêm sendo perpetrados mesmo pelas associadas usualmente vistas como progressistas, cabe denunciar situações aberrantes como perseguição de professores com caráter exemplar, proibição de compartilhamento de informações por plataformas privadas na internet ou mesmo redes sociais e “banimento” de reuniões ou assembleias. Tais práticas escancaram o quão farsescos são os convites ao diálogo de algumas dessas escolas integrantes da ABEPAR, sem a mínima preocupação em sequer aparentar uma coerência, cosmética que seja, com o tal “Chamado à razão e ao equilíbrio”.

Por fim, deixamos o nosso recado: nós, professoras e professores, não precisamos ser “chamados à razão e ao equilíbrio”, pois já o temos de sobra; temos também coragem de lutar pelos nossos direitos e poder de mobilização, o que a paralisação do dia 23/05/2018 demonstrou; e temos, sobretudo, a capacidade de compreender e denunciar atitudes e discursos que visem a nos calar. Razão e equilíbrio, hoje, estão do lado de quem luta.

Professoras e professores em luta